|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Dia/Horário** | **Terça 24/09** | **Quarta 25/09** | **Quinta 26/09** | **Sexta 27/09** |
| **Manhã 08h às 12h** | Minicursos:Sessão 1: O grande acordo nacional: o Supremo Tribunal Federal como ator fundamental das coalizões governamentais (Anfiteatro 2)Sessão 1: O islã na América Latina: transnacionalismo, gênero e identidade(Anfiteatro 3) | Minicursos:Sessão 1: Desnaturalização da violência contra a mulher (Anfiteatro 1)Sessão 2: O grande acordo nacional: o Supremo Tribunal Federal como ator fundamental das coalizões governamentais(Anfiteatro 2)Sessão 2:O islã na América Latina: transnacionalismo, gênero e identidade(Anfiteatro 3) | MinicursosSessão 2: Desnaturalização da violência contra a mulher(Anfiteatro 1)Sessão 1: Poder, controle e autoritarismo no Brasil(Anfiteatro 2) | MinicursosSessão 2: Poder, controle e autoritarismo no Brasil(Anfiteatro 2) |
| **Intervalo** | Almoço | Almoço | Almoço | Almoço |
| **Tarde 14h às 18h** | GTs de graduação: - GT 1+6- GT 2- GT 3- GT 5- GT 7 | GTs de graduação: - GT 4+8- GT 9- GT 10- GT 5- GT 7 | GTs de Pós graduação: - GT 11- GT 12- GT 13- GT 14- GT 16- GT 17- GT 18- GT 19- GT 20 | GTs de Pós graduação:- GT 11- GT 12- GT 13- GT 14- GT 15- GT 16- GT 17- GT 18- GT 19- GT 20 |
| **Tarde 14h às 18h** | Oficina: Identidade Cultural no Audiovisual Latino-americano (Anfiteatro 2) |  |  |  |
| **Noite 18h às 19h**  | Mesa de lançamento do livro “O pêndulo da democracia" de Leonardo Avritzer | Mesa: "A democracia em crise". Prof. Doutor Felipe Maia (UFJF)Prof. Doutor Rubem Barboza (UFJF)Prof. Doutor André Magnelli (FSB-RJ).(Anfiteatro 1)Lançamento do livro “Uma democracia (in)acabada: quadros e bordas da soberania do povo com Pierre Rosanvallon".Intervalo cultural: grupo de poesia Sararau Crioulo(Hall dos Anfiteatros) | Intervalo Cultural | Intervalo Cultural |
| **Noite 19h às 22h** | Conferência de abertura:Democracia no contexto latino-americanoProf. Doutor Leonardo AvritzerProf. Doutora Marta Mendes(Anfiteatro 1) | Mesa 1: Gênero e intersecionalidades: vozes e silenciamentos no contexto político atual. Prof. Doutora Ana Paula da SilvaProf. Doutora Daniela Leandro RezendeProf. Doutora Célia Graça Arribas(Anfiteatro 1) | Mesa 2: O futuro da natureza: Questões sociopolíticas em meio aos desastres ambientais Prof. Doutora Deborah BronzProf. Doutor Éder Jurandir CarneiroProf. Doutora Rogéria Dutra (Anfiteatro 1) | Mesa 3: A educação como arena de disputa: o lugar das universidades nas políticas latino-americanas Prof. Doutora Marisa Brandão RochaProf. Doutora Juliana de Fátima SouzaProf. Doutor Eduardo MagroneParticipação da aluna Karoline Sena(Anfiteatro 1) |

-LINKS LATTES dos Conferencistas

Conferência abertura (24/09)

Leonardo Avritzer: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783117U7

Mesa 1 (25/09)

Daniela Leandro Rezende: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4238189J3

Ana Paula da Silva:

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4790137J6

Célia Graça Arribas: http://lattes.cnpq.br/4202304467511821

Mesa 2 (26/09)

Deborah Bronz

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4760844T6

Éder Jurandir Carneiro

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785450J9

Rogéria Dutra:

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4784839D2

Mesa 3 (27/09)

Marisa Brandão Rocha

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4786548Z0

Juliana de Fátima Souza

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4496501Z2

Eduardo Magrone

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728287E0

- GTS de Graduação:

1. A dimensão imagética na produção antropológica: dando imagem à teoria.

2. Inovação e desenvolvimento econômico: aspectos econômicos, políticos e sociais.

3. Moralidades, direitos e conflitos

4. Direito e o princípio da solidariedade: (i)migração e dignidade humana na América Latina.

5. Instituições, atores e comportamento político

6. Acesso ao ensino superior para estudantes negros: A implantação de reserva de vagas por meio da hétero-identificação.

7. Colonização e Violência: reflexos no Brasil contemporâneo

8. Brasil e integração Latino-Americana: reflexões sobre as políticas externas brasileiras.

9. Gênero, corpo e abjeção: no espaço entre os regimes de verdade

10. Colonialismo, etnicidade e memória: do apagamento histórico às novas narrativas

- GTs de Pós-Graduação:

11. Acesso à educação e políticas públicas: um olhar interdisciplinar sobre grupos, comunidades e atores negligenciados

12. Dimensões múltiplas da judicialização da vida e da política: debates interseccionais em Ciências Sociais, Direito, Filosofia Moral e Filosofia Política.

13. Expansão e (re)ordenamento de práticas “criminais”: produção, conformação e transformação no cenário atual brasileiro.

14. Desenvolvimento, conflitos ambientais e disputas por justiça

15. Desigualdade, identidade e trabalho

16. Comportamento Político e Opinião Pública

17. Antropologia da Religião: múltiplos olhares sobre a "experiência humana"

18. Tecnologias, mídias digitais e redes sociais: pensando as formas de sociabilidade contemporâneas online e offline.

19. Trabalho e Economia: enfoques das ciências sociais sobre os trabalhadores e processos econômicos na América Latina.

20. Interseccionalidades entre Gênero, Sexualidade, Família e Geração.

- Minicursos

1. O grande acordo nacional: o Supremo Tribunal Federal como ator fundamental das coalizões governamentais (sessão 1: dia 24/09, sessão 2: dia 25/09)

2. O islã na América Latina: transnacionalismo, gênero e identidade (sessão 1: dia 24/09, sessão 2: dia 25/09)

3. Poder, controle e autoritarismo no Brasil (sessão 1: dia 25/09, sessão 2: dia 26/09)

4. Desnaturalização da violência contra a mulher (sessão 1: dia 26/09, sessão 2: dia 27/09)

**Locais dos GTs**

|  |
| --- |
| **SALAS DIREITO** |
| Terça 24/09 | Quarta 25/09 | Quinta 26/09 | Sexta 27/09 |
|  |  | - GT 12 (sala 7) | - GT 12 (sala 5105) |

|  |
| --- |
| **SALAS EDUCAÇÃO** |
| Terça 24/09 | Quarta 25/09 | Quinta 26/09 | Sexta 27/09 |
| - GT 5 (sala 23)- GT 7 (sala 24)- GT 3 (sala 19) | - GT 5 (sala 23)- GT 7 (sala 24)- GT 4+8 (sala 18) | - GT 11 (sala 22)- GT 16 (sala 23)- GT 19 (sala 24)- GT 20 (sala 25) | - GT 11 (sala 22)- GT 16 (sala 23)- GT 19 (sala 24)- GT 20 (sala 25) |

|  |
| --- |
| **SALAS ICH** |
| Terça 24/09 | Quarta 25/09 | Quinta 26/09 | Sexta 27/09 |
| - GT 2 (B I 06)- GT 1+6 (B I 05) | - GT 9 (B I 04)- GT 10 (A III 08) | - GT 13 (B-I-05)- GT 14 (B-I-07)- GT 17 (B III 17)- GT 18 (C III 09) | - GT 13 (C-III-17)- GT 14 (B-I-07)- GT 15 (C I 06)- GT 17 (B I 05)- GT 18 (C I 04) |

**PROPOSTAS DE MINICURSO**

|  |
| --- |
| **Minicurso: O grande acordo nacional: o Supremo Tribunal Federal como ator fundamental das coalizões governamentais.**Coordenadora: Raphaela Borges DavidDuração: 8h- Sessão 1: 24/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 2)- Sessão 2: 25/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 2)Proposta:  O presente minicurso tem por objetivo geral traçar um perfil crítico da atuação do Supremo Tribunal Federal, sob uma perspectiva institucional, a fim de demonstrar seu papel político na construção do constitucionalismo brasileiro. Divide-se o curso em dois turnos, totalizando oito horas.  Pretende-se abandonar uma análise juriscentrada da corte constitucional, para inseri-la num contexto histórico e político, como um ator importante para os rumos da democracia brasileira. No primeiro turno, iniciamos com uma análise crítica da formação do constitucionalismo latino-americano, incluindo o processo histórico de formação do hiperpresidencialismo e do presidencialismo de coalizão. Finalizando o primeiro turno, passamos para uma descrição teórica do STF, para traçar o perfil institucional da corte, bem como suas competências traçadas pela Constituição de 1988. No segundo turno, trabalharemos, com os conceitos de ativismo judicial e judicialização da política, bem como dos possíveis déficits democráticos de uma atuação intensa da corte constitucional. A partir dessa exposição do estado da arte dos debates políticos sobre a atuação do STF, finalizaremos o curso, em seu segundo turno, demonstrando o papel da corte para o sucesso das coalizões presidenciais, como elemento fundamental para implementação de agendas políticas dominantes.  Duas críticas são traçadas a partir desse ponto, quais sejam: a preponderância de fatores externos sobre fatores normativos na decisão judicial, levando a uma dominância do discurso econômico e ao consequente esvaziamento do texto constitucional; e ausência de independência funcional do Judiciário, que levam a formação de uma casta judicial e seu afastamento dos compromissos constitucionais. Ao lado de um Judiciário fortalecido, dotado de importantes poderes e atributos constitucionais, temos o Executivo, que exerce um papel central na ordem política. Na conjunção de elementos conflitantes, tais como multipartidarismo, federalismo, bicameralismo, dentre outros, o presidencialismo de coalizão foi uma artimanha constitucional estabelecida pelo desenho institucional como instrumento passível de trazer o sucesso e coordenação política no Brasil. Se entendemos a decisão jurídica como um processo interativo e conectado com a perspectiva política e não isolado no seu aspecto normativo, logo, torna-se imprescindível compreender a atuação da corte constitucional a partir desse presidencialismo de coalizão. Isso porque a decisão acontece nesse espaço dialético, e se confronta com atores que tem como paradigma de atuação as coalizões governamentais.  Portanto, pretende-se demonstrar esse pano de fundo comum do sistema político brasileiro, que sustenta as considerações institucionais locais, para enfim analisar essas imbricações que derivam consequências na atuação do Supremo Tribunal Federal. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados, 31. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.ALMEIDA, Frederico de. As elites da justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira. Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 22, n. 52, p. 77-95, dez. 2014.AVRITZER, Leonardo. Impasses da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.BRANDÃO, Rodrigo. Supremacia Judicial versus Diálogos Institucionais. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011.DA ROS, L. O custo da Justiça no Brasil: uma análise comparativa exploratória. newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil., p. 2–15, jul. 2015.FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Salvador: Juspodium, 2017. GARGARELLA, Roberto. La sala de máquinas de la Constitución. Dos siglos de constitucionalismo en América Latina (1810-2010). Buenos Aires: Katz Editores, 2016.GUTTMANN, A.; THOMPSON, D. (2007). O que significa democracia deliberativa. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2007, pp. 17-78.LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. Lua Nova. São Paulo, nº 44, p. 82-106, 1999.MELLO, Patrícia Perrone Campos. Nos bastidores do STF. Rio de Janeiro: Forense, 2015. NINO, Carlos Santiago. Fundamentos de derecho constitucional: análisis filosófico, jurídico y politológico de la práctica constitucional. Buenos Aires: Astrea, 2013.NOBRE, Marcos. Imobilismo em movimento. Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.SANTOS, André Marenco dos; DA ROS, Luciano. Caminhos que levam à Corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro (1829-2006). Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.16, n.30, p. 131-149, 2008. |
| **Minicurso: O islã na América Latina: transnacionalismo, gênero e identidade**Coordenadoras:Ana Clara Alves de OliveiraMaria Alice Tallemberg SoaresDuração: 8h- Sessão 1: 24/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 3)- Sessão 2: 25/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 3)Proposta:  O presente minicurso busca apresentar alguns contextos referentes ao transnacionalismo islâmico e seus desdobramentos nas configurações das comunidades muçulmanas na América Latina. Vemos emergir no mundo contemporâneo diversos discursos, por meio reportagens jornalísticas, telenovelas e redes sociais, que buscam retratar o Islã como incompatíveis a modernidade ocidental. Tais narrativas, orientalistas, moldam estereótipos de sujeitos, comunidades e nações fazendo com que consideremos a presença islâmica no contexto latino-americano como previamente atípicas (exóticas). Desta forma, temos como objetivo refletir sobre os desdobramentos teóricos e metodológicos em relação as configurações religiosas das comunidades muçulmanas latino-americanas.  O processo de migração que perpassa pela história dessas comunidades é em si um agente de transformação religiosa (LEICHTMAN, 2010). As variações culturais sob as quais a religião é redimensionada envolvem política, poder, gênero, imigração e conversão fazendo com que o Islã seja rearticulado e reinventado a medida em que é experienciado pelos atores sociais. Para explorar esses cenários pensamos na temática de gênero como o fio condutor de nosso debate pois, segundo Abu-Lughod (1996), “as mulheres têm se tornado um importante símbolo mobilizador de identidade, de visões de sociedades e de nação no mundo pós-colonial.” Desta forma, o foco na perspectiva de gênero na análise das dinâmicas sociais traz a vantagem de incluir uma dimensão sensível às mudanças nos contextos abordados que modelam e constroem agendas locais (KANDIYOTI, 2012).  Muitas autoras criticam as desigualdades de gênero inscritas nas sociedades muçulmanas do Oriente Médio, no entanto, a literatura antropológica mais recente busca compreender essas posições de gênero através de uma perspectiva pós-estruturalista que questiona o significado da agência, resistência e liberdade (MAHMOOD, 2005). Nesta linha, cabe a nós pensarmos como essa estrutura de poder política e religiosa se reproduz e se ressignifica nas figurações sociais latinas. Assim como, nas implicações dessa estrutura nas construções de gênero que perpassam por um contexto nacional/latino e transnacional/muçulmano na construção de seu sentido a fim de se legitimar no âmbito religioso. Assim, o mini curso será composto por sessões organizadas da seguinte forma: 1ª)Implicações sociopolíticas da configuração de comunidades islâmicas na América Latina (transnacionalismo), 2ª) perspectivas teóricas e discursos sobre mulheres e islã e 3ª) a experiência vivida das mulheres muçulmanas no contexto das diásporas. Bibliografia do curso :ABU-LUGHOD, Lila. “Writing against culture”. 1996.———. “Do Muslim women really need saving? Anthropological reflections on cultural relativism and its others”. American anthropologist 104 (3): 783–90. 2002.ASAD, T. Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam. Johns Hopkins University Press. 1993.BAEZA, Cecilia. “Les Palestiniens du Chili : De la conscience diasporique à la mobilisation transnationale”. Dissertação de Mestrado, França: Institut d’Études Politiques de Paris, Sciences. 2003.BARROS, Liza. “Ya habibi: crise-de-vida, afeto e reconfiguração do self religioso na conversão de mulheres ao islã, na Mesquita da Luz”. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Niterói: UFF. 2012.BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Civilização Brasileira. 2003.CHAGAS, Gisele Fonseca, e MEZABARBA, Solange. “Beleza oculta: recato e estilo nas vestimentas das mulheres muçulmanas no Brasil.” Paper apresentado no VI ENEC., Rio de Janeiro 2012.COOKE, Miriam. “The Muslimwoman”. Cont Islam, no 1: 139–54 2007.CUCHE, Denys. “Os palestinos do Peru: Uma forte identificação com a Palestina”. In Entre o velho e novo mundo: A diáspora palestina desde o Oriente Médio à América Latina, organizado por Leonardo SCHIOCCHET. São Paulo: Chiado Editora 2015.DEEB, L. An Enchanted Modern: Gender and Public Piety in Shi’i Lebanon. Princeton: Princeton University Press 2006.FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. “Imagem oculta: reflexões sobre a relação entre os muçulmanos e a imagem fotográfica”. 2001.HAMID, Sônia. “Entre a guerra e o gênero: memória e identidade de mulheres palestinas em Brasília”. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Brasília: UnB. 2007.HONEYSETT, Bethany Eleanor. Memory of generations: time, narrative and kinship in Damascus, Syria. 2013KANDIYOTI, Deniz (Ed.). Gendering The Middle East: Emerging Perspectives. IB Tauris, 1996.LEICHTMAN, Mara A. MIGRATION, WAR, AND THE MAKING OF A TRANSNATIONAL LEBANESE SHIʿI COMMUNITY IN SENEGAL. International Journal Of Middle East Studies, V. 42, N. 2, 2010.MAHMOOD, S. Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject. Princeton: Princeton University Press. 2005. |
| **Minicurso:** **Desnaturalização da violência contra a mulher**Coordenadora: Sheila Cristina GonçalvesDuração: 8h- Sessão 1: 25/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 1)- Sessão 2: 26/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 1)Proposta: Tendo como referencial a cultura feminina ocidental, objetivando compreender os diferentes aspectos da posição da mulher nessa sociedade, em especial a negra, apresento uma breve discussão quanto a esse aspecto. Temos que a relação entre poder e gênero foi polarizada e oponente. Os estudos de Oliveira (1992) denotam que o ser humano se constrói em sua relação com o outro, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos pela cultura, um componente modulador do funcionamento psicológico humano. Os estudos de Oliveira (1992) apontam que as duas funções essenciais da linguagem para Vigotsky são a troca social e a de pensamento generalizante, isto é, propõe a comunicação entre indivíduos e torna simples, além de universalizar a experiência. Assim, quando há nomeação dos objetos, nada mais se faz do que classifica-los em categorias de conceitos, por isso das palavras, os signos mediadores na relação humana (OLIVEIRA, 1992) Um signo é construído para cumprir uma função de ideologia, assim as palavras são “construídas” a partir de milhões de fios ideológicos. A imagem da mulher que é reproduzida por uma sociedade machista como a nossa, vem na forma de repressão, cada vez mais naturalizada. A ideia é desnaturalizar a violência contra mulher, observando as relações de uma nova maneira. Desta forma é possível romper com as amarras hierárquicas, iniciando um processo que nós levará a desconstrução de interpretações de ações e linguagens nos foi transpassada das mais diversas maneiras.  O indivíduo ao interagir com outras pessoas gera troca de informações, e dessa forma o conhecimento é transmitido. De acordo com os estudos de Setton (2002) para Boudieu os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação são estruturados, geram poder, sendo designado por ele como o poder simbólico, aquele capaz de construir uma realidade imediata do mundo. Quando ao pensar o lugar da mulher na sociedade bem como as violências sofridas, temos que a hierarquia construída entre o feminino e masculino ao longo da história propiciou violências contra as mulheres que foram naturalizadas. Assim, a partir dessa relação de poder a intenção é a de levar a reflexão aos territórios onde o racismo e machismo motiva experiências de exclusão e violência que se traduzem em vários aspectos, inclusive no acesso as informações. A ideia, de levar o debate para esse território é antes de tudo, o desejo de tornar estas informações acessíveis às mulheres. Intenta-se construir a partir das experiências um diálogo que proporcione compartilhamento de memórias e de estratégias de enfrentamento ao machismo e ao sexismo. O projeto visa promover a reflexão e o debate sobre estas três temáticas: racismo, machismo e ao sexismo brasileiro e suas configurações no cotidiano das mulheres. Público alvo: Qualquer pessoa pode participar do minicurso. Acredito que estas pessoas podem se tornar agentes sociais transformadores de suas realidades sociais e assim melhorarem sua qualidade de vida. Metodologia: O minicurso será conduzido como um espaço de troca de informações e memórias sobre a violência contra mulheres e outros temas relacionados. Haverá uma parte teórica a fim de debater a problemática que envolve o tema proposto. Após a introdução do tema haverá um apresentação de artes cênicas na via de debater a violência contra a mulher.  No segundo momento, serão realizadas algumas práticas corporais (exercícios respiratórios e de expressão corporal) haverá uma dinâmica buscando incentivar a participação e intervenção de qualquer participante que queira compartilhar experiências. As participantes terão oportunidade aprender a reconhecer a violência contra a mulher. Conteúdos: Serão abordados tipos de violência contra mulher descritos a Lei Maria da penha. Taxa de mortalidade por violência domestica, racismo, machismo , sexismo dentre outros.Referências:Brasil. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF,2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm (Acesso em: 10 jul. 2019)OLIVEIRA, M. K. de, Vigotsky e o processo de formação de conceitos. In: DE LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. Piaget, Vigotsky, Wallon – Teoria psicogenéticas em discussão São Paulo: Summus, 1992. p. 23-34.SETTON, Maria das Graças. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Revista brasileira de educação, n 20, p. 70-20 2002. |
| **Minicurso: Poder, controle e autoritarismo no Brasil**Coordenadora: Flávia Mendes FerreiraDuração: 8h- Sessão 1: 26/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 2)- Sessão 2: 27/09, das 08:00 às 12:00 (Anfiteatro 2)Proposta:  No Brasil, historicamente o poder é exercido de forma autoritária, excludente e conservadora. A presente proposta é que durante a 6ª Jornada de Ciências Sociais da UFJF haja um minicurso para pensar sobre tais temáticas, a partir dos conhecimentos das ciências sociais, sobretudo a ciência política e a sociologia, e, também a história.  As políticas de controle, ao longo da história do Brasil, são excludentes, com negros, anteriormente escravos e, seus descendentes, com pobres, que aqui no país, é uma maioria de negros. O país mantém o controle social desses grupos, através do uso da força armada e da polícia. No Brasil, o poder lida com os conflitos sociais através da militarização, ou seja, com a lógica da guerra e, portanto, do inimigo.Na passagem do século XIX para o XX, ganha destaque no país, as propostas de controle social das classes consideradas perigosas: os pobres e ex-escravos. Há todo um projeto político-arquitetônico na cidade do Rio de Janeiro, capital do país na época, que é colocado em prática e, afasta a população pobre do centro da cidade, para a construção e ampliação de avenidas, implantação de delegacias de polícia, presídios, e atribuições para essas instituições que representam controle das camadas mais pobres da sociedade.  A modernização foi entendida como ordem e progresso, num processo dialético onde o progresso só seria alcançado através da ordem e, esta, significava controle das classes mais pobres. Para tanto, foi necessário aplicar o disciplinamento e o controle biopolítico, com estratégias e práticas de controle social. Mais de cem anos após o fim da escravidão, este ordenamento permanece, não somente em nossa ordem jurídica, mas, sobretudo, no imaginário político e social. (MALAGUTI, 2003). Nos dias atuais, o controle social, material e simbólico ainda é direcionado às classes pobres, moradores da periferia das grandes cidades, descendentes dos ex-escravos.  As permanências históricas de dominação, controle e punição, aliadas à ideia de que temos um inimigo a ser combatido, produz medo na população que passa a clamar por mais controle e punição, na fantasia de que mais repressão, leis mais duras, mais policiamento, mais poder punitivo é que trará a sensação de segurança, ou seja, “o medo que emerge através da percepção de fragilidade serve como um dispositivo de governo e autoriza o uso de força desmedida por parte das instituições.” (SOLANO, 2018). Cria-se autorização para a instalação do Estado de exceção, para a suspensão das normas, do que seria a normalidade do ordenamento, mas que é criado pelas próprias regras do ordenamento.  Objetivos: Proporcionar a reflexão e análise de como o poder, o controle e o autoritarismo são exercidos no Brasil, quais a permanências históricas que nos acompanham desde a nossa formação e estão presentes ainda nos dias atuais no Brasil, sobretudo, no cenário político contemporâneo. Referencial teórico: Como referencial teórico utilizarei a contribuição histórica de Sidney Chalhoub. As análises de Vera Malaguti, Nilo Batista para pensar como o poder vem sendo exercido no Brasil, a lógica do inimigo, da punição e do controle. Michel Foucault e Giorgio Agamben na compreensão de como o poder é exercido nas sociedades modernas. A noção de biopolítica e de estado de exceção desses autores ajudam a pensar como o poder é exercido no Brasil. Além destes, outros autores auxiliarão na organização do minicurso. Referências bibliográficas AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2004.BATISTA, Nilo. Política Criminal com derramamento de sangue. In: Discursos Sediciosos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, nº5/6, 1998.BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003. CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012. FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Tradução: Roberto Machado. 21 ed. São Paulo: Graal, 2007.SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. SOLANO, Esther. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. Boitempo, 2018. |

**RESUMO OFICINA:**

|  |
| --- |
| **Oficina: Identidade cultural no audiovisual latino-americano**Coordenadora: Edileis NovaisSessão única: 24/09, das 14:00 às 18:00 (Anfiteatro 2) O objetivo da oficina é apresentar aos participantes o programa DOC TV América Latina, uma iniciativa da Conferência das Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Ibero-Americanas (CACI). O DOC TV fomenta a produção e teledifusão de documentários voltados às manifestações culturais dos países latinos, estimulando a implantação de políticas públicas integradas nos países da região e o fortalecimento das identidades culturais. A partir da proposta central do programa e exibição de trechos dos documentários, busca-se discutir a representação audiovisual da heterogeneidade e diversidade cultural dos povos latino-americanos. Minicurrículo: Edileis Novais é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens da Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de pesquisa em cinema e audiovisual. Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade de São Vicente. Integrante do grupo de pesquisa em conteúdos transmídia, convergência de culturas e telas "ENTELAS" (UFJF). Tem experiência como coordenadora executiva, diretora de produção e produtora de projetos para cinema e televisão. Atualmente é consultora executiva de projetos e produtoras audiovisuais e parecerista em análise de projetos da Secretaria Nacional de Cultura. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1206462312784297 |